

## Situação atual da formação para assistência de pessoas com necessidades especiais nas faculdades de odontologia no Brasil

### Current status of training assistance for people with special needs in schools of dentistry in Brazil

Lucilei Lopes Bonato<sup>1</sup>  
Adriene Mara de Souza Lopes<sup>1</sup>  
Celso Monteiro da Silva<sup>1</sup>  
Renata Garcia Itner<sup>1</sup>  
Ana Carolina Honório e Silva<sup>1</sup>

Correspondência: bonatolu@hotmail.com  
Submetido: 19/07/2012 Aceito: 04/12/2012

#### RESUMO

A população total do Brasil foi estimada em 192.376.496 habitantes, 23,9% das pessoas apresentam algum tipo de deficiência (45,6 milhões). Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) são as que apresentam limitações, temporárias ou permanentes, que exijam tratamento diferenciado. Este grupo está protegido por leis, pela Constituição Federal e pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A maioria dos profissionais de Odontologia não está preparada para o atendimento de PNE, a disciplina Odontologia para PNE não é obrigatória na grade curricular da graduação. Esta pesquisa, realizada nos sites oficiais de órgãos públicos e instituições de ensino superior, avaliou a situação atual da formação para assistência de PNE nas faculdades de Odontologia no Brasil. Das 221 instituições de ensino superior com curso de Odontologia, 56 (27,86%) oferecem a referida disciplina. Sendo que 34 destas (60,71%) oferecem a disciplina na modalidade obrigatória, 14 (25%) na modalidade optativa e em 8 instituições a mesma não está disponível. Das instituições que oferecem a disciplina, 27 (48,21%) o fazem de modo teórico-prático, 25 (44,64%) apenas teórico e 4 (7,14%) apenas prático. Ressalta-se portanto a importância da graduação em Odontologia contemplar a assistência a PNE de forma teórica e prática. O número de faculdades que abordam a disciplina é inferior à necessidade da demanda do país. A formação dos profissionais deve contemplar o assunto para o cumprimento dos Direitos das Pessoas com Deficiência e das determinações do Ministério da Saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pessoa com necessidade especial; Graduação em Odontologia; Brasil.

#### ABSTRACT

The total population in Brazil was estimated at 192,376,496 inhabitants, in which 23.9%(45.6 million) have some type of disability. People with Special Needs (PSN) have temporary or permanent limitations that requires different treatment. This group is protected by the law, the Federal Constitution and the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, Most dental professionals are not prepared to treat PSN, and the discipline of dentistry for PSN is not mandatory in the undergraduate curriculum. This research was carried out through the official websites of government agencies and higher education institutions. The objective of this research was to evaluate the current status of training for PSN assistance in dental schools in Brazil. Of the 221 higher education institutions with dental clinic, 56(27.86%) offer the discipline, 34 disciplines (60.71%) in the form required, 14(25%) elective courses, eight institutions mode unavailable; 27(48.21%) theoretical and practical disciplines, 25(44.64%) only theoretical and 4(7.14%) only practical. It is important that undergraduate contemplates theoretical and practical dental care to PNE. The number of colleges that offer Dentistry for PNE is less than the country's demands. To fulfill the Rights of Persons with disabilities and determinations by the Ministry of Health with respect to dental care for PNE, the training of professionals in dentistry must consider the matter.

**KEY WORDS:** Person with special needs; Undergraduate Dentistry; Brazil.

<sup>1</sup> Universidade de Taubaté- UNITAU, Brasil

## INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde avaliou que 10% da população de um país é portadora de algum tipo de deficiência. No Brasil aproximadamente 24,5 milhões de pessoas, ou 14,5% da população geral, apresentavam algum tipo de incapacidade ou deficiência [1]. Em 2010, a população total do Brasil foi estimada em 192.376.496 habitantes e 23,9% das pessoas apresentaram algum tipo de deficiência, ou seja, 45,6 milhões [1].

Pessoas com necessidades especiais (PNE) são as que apresentam uma ou mais limitações, temporárias ou permanentes, de ordem mental, física, sensorial, emocional, de crescimento ou médica, que as impeçam de serem submetidas a intervenções odontológicas convencionais [2].

A Constituição Federal, desde 1988, apresenta princípios gerais de política de inclusão de pessoas com deficiência, nela constando como “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” [3]. Leis complementares de aspectos educacionais, de incentivo a emprego, de acessibilidade e saúde têm sido, desde então, implementadas no país.

A Portaria nº 599/GM, de 23 de março de 2006, que define a implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), estabelece que todo CEO deva realizar atendimento a PNE [2].

O tratado internacional, aprovado em Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em dezembro de 2006, específico para as pessoas com deficiência, assinado pelo Brasil em 2007 e ratificado pelo Congresso Nacional em 2008, conhecido como Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, visa “promover, proteger e assegurar o pleno gozo de direitos e respeito à dignidade inerente a todas as pessoas com deficiência no mundo” [4].

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em diferentes ações, uma vez que ao promover saúde bucal às pessoas com deficiência, além de capacitar profissionais para atender estas pessoas com segurança e eficiência, estará assegurando o direito à saúde, dignidade e vida plena a este público.

O paciente especial se distingue dos outros não pela sua condição de doença bucal, uma vez que o atendimento odontológico visa o restabelecimento do estado de “não doença” bucal, mas por ter outras doenças, fora da área de atuação da Odontologia [5].

Guimarães, Azevedo, Solano (2006) [6] consideram que o tratamento odontológico de pessoas com deficiência envolve a compreensão das dificuldades específicas (motoras, falta de comunicação, necessidades odontológicas acumuladas, graus de limitação física, dentre outras) e inespecíficas (falta de profissionais habilitados, barreiras arquitetônicas e a superproteção da criança com deficiência). Além do tempo despendido em outros tratamentos de reabilitação paralelos ao tratamento odontológico [7].

O tratamento odontológico de PNE há alguns anos atrás era frequentemente realizado sob anestesia geral, em ambiente hospitalar. Atualmente, graças aos estudos dessa nova especialidade dentro da Odontologia, cada vez mais são conhecidos os diversos aspectos de cada grupo de PNE, limitando-se a indicação para anestesia geral aos casos onde todas as técnicas de abordagem falharem [8]. Além de a Odontologia hospitalar poder implicar em terapêuticas mais radicais, uma vez que os procedimentos dentários podem requerer consultas múltiplas [9].

Os indivíduos com deficiência têm um risco aumentado de desenvolver doenças bucais o que tem um impacto direto e negativo sobre sua saúde [7].

Essa parcela da população, PNE, apesar dos avanços e das mobilizações em prol do reconhecimento de suas necessidades, ainda vem enfrentando desafios de ordem pessoal, econômica e social, entre eles, a dificuldade no atendimento de suas necessidades de saúde bucal [10].

Problemas extrínsecos como políticas governamentais, planos educativos no nível das universidades, correta atenção à saúde bucal na rede pública, formação de equipe e serviços especializados, recursos odontológicos, falta de profissionais especializados em quantidade suficiente para atender a demanda, programas preventivos, falta de diretrizes voltadas à assistência de pessoas com deficiência, dentre outros, são considerados fatores responsáveis para que a situação bucal dos PNE seja deficitária [6].

Diante das condições inerentes ao tratamento odontológico das PNE, o profissional, cuja formação não contemplou tal conteúdo, sente-se despreparado para dar assistência odontológica a esse grupo, o que acarreta na dificuldade em receber o tratamento e no encaminhamento, muitas vezes desnecessário, para o tratamento hospitalar, sob anestesia geral.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As pessoas com deficiência estão atingindo idades cada vez mais avançadas em decorrência dos avanços científicos e tecnológicos, entre eles da medicina, além do crescimento desta população em virtude de sequelas de acidentes automobilísticos, violência e acidentes vasculares encefálicos. Assim, aumenta também a necessidade de profissionais capacitados para a assistência a essa população, estabelecimento de políticas públicas efetivas e reorientação dos serviços de atendimento.

Na Odontologia, a formação de profissionais requer mais atenção desde a graduação, uma vez que a grade curricular obrigatória não contempla a disciplina de assistência a pessoas com deficiência ou necessidades especiais [14].

Vê-se uma crescente preocupação com esta formação do graduando em Odontologia nos dias de hoje, visto que uma análise das disciplinas de pacientes portadores de necessidades especiais nas faculdades no Brasil em 2005 (por meio de envio de questionários a 175 faculdades de odontologia cadastradas no CFO do Brasil, das quais apenas 31,45% responderam) encontrou dentre as 55 faculdades que participaram da pesquisa, que 56,36% oferecem o conteúdo sobre atendimento de pacientes com necessidades especiais na graduação, dessas, 70,97% na modalidade obrigatória e 29,03% na optativa, e na maioria a disciplina é ministrada na forma teórico-clínica, apenas 6,45% apresentam conteúdo só teórico [11].

Esta pesquisa, realizada por meio de dados de sites de órgãos oficiais (fonte: Ministério da Educação), encontrou que o Brasil tem 221 instituições de ensino superior que oferecem o curso de graduação em Odontologia, sendo que em oito Estados, que somam 20 desses cursos, não consta da sua grade curricular disciplina relativa a Odontologia para PNE. São estes Estados: Acre, Alagoas, Amapá, Goiás, Mato Grosso, Sergipe, Roraima, Rondônia.

Nos demais Estados brasileiros, das 201 instituições de ensino com curso de graduação em Odontologia registradas, 56 (27,86%) apresentam oferta de disciplina relativa à Odontologia para PNE, dessas, 34 disciplinas (60,71%) são oferecidas na modalidade obrigatória, 14 (25%) na modalidade optativa e em 8 instituições a modalidade não estava disponível, e ainda 27 (48,21%) disciplinas são ministradas de forma teórico-prático, 25 (44,64%) apenas com conteúdo teórico e 4 (7,14%) apenas prático (Quadro 1).

Quadro 1: Oferta da disciplina de Odontologia para PNE no Brasil

Instituições	Total	Conteúdo			Modalidade		
		T/P	T	P	Obrigatória	Optativa	Indisponível
Graduação em Odontologia	221						
Disciplina Odontologia PNE	56	27	25	4	34	14	8

A distribuição dos cursos de graduação em Odontologia, bem como das instituições que oferecem a disciplina Odontologia para PNE variam nas diferentes regiões e Estados do país (Quadro 2 e figura 1).

Quadro 2 e figura 1: Oferta da disciplina Odontologia PNE nos Estados brasileiros (Fonte: pra-frente-brasil-afn.blogspot.com)

Estado	Total	T	P	T/P
AC	0			
AL	0			
AM	2			2
AP	0			
BA	3	1		2
CE	1			1
DF	4	4		
ES	2	1	1	
GO	0			
MA	2		1	1
MG	8	2	1	5
MS	2	1		1
MT	0			
PA	1	1		
PB	1			1
PE	1			1
PI	2	1		1
PR	3	3		
RD	0			
RJ	3	1		2
RN	1	1		
RO	0			
RS	1			1
SC	4	3		1
SE	0			
SP	14	5	1	8
TO	1	1		



A Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais, reconhecida pelo Conselho Federal de Odontologia, aprovada como nova especialidade pela Resolução 25/2002 [12] (2.ª Assembleia Nacional de Especialidades Odontológicas - ANEO, Manaus, 2001), estabelece caber ao especialista:

- prestar atenção odontológica aos pacientes com graves distúrbios de comportamento, emocionalmente perturbados;
- prestar atenção odontológica aos pacientes que apresentam condições incapacitantes, temporárias ou definitivas, em nível ambulatorial, hospitalar ou domiciliar;

• aprofundar estudos e prestar atenção aos pacientes que apresentam problemas especiais de saúde com repercussão na boca e estruturas anexas.

Os cursos de especialização em Odontologia para PNE, credenciados pelo Conselho Federal de Odontologia [13], também têm distribuição irregular pelo país e parecem insuficientes para a demanda do público alvo a ser assistido (Quadro 3).

Quadro 3: Cursos de Especialização em Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais credenciados pelo CFO

Minas Gerais	Cidade	Total
	Belo Horizonte	1
	Juiz de Fora	1
Mato Grosso		
	Cuiabá	1
Pernambuco		
	Camaragibe	1
Rio de Janeiro		
	Niterói	1
	Rio de Janeiro	3
	Silva Jardim	1
	Valença	1
São Paulo		
	Araraquara	1
	Bauru	1
	Campinas	1
	Ribeirão Preto	1
	São Paulo	6

Ainda há que se considerar que o número de profissionais que tem acesso a um curso de especialização, e que dentre as especialidades escolha uma em questão, é infinitamente menor do que o número de graduandos lançados no mercado de trabalho a cada ano, os quais deveriam suprir as necessidades de tratamento odontológico das pessoas com necessidades especiais.

Os projetos de extensão ligados aos cursos de graduação têm importante papel na formação do aluno. No caso da assistência odontológica a pessoas com necessidades especiais, esses oferecem a oportunidade do aluno vivenciar o contato com esse público, além dos conhecimentos teóricos e treinamento clínico adquiridos.

O quadro 4 apresenta os projetos de extensão e suas respectivas instituições de ensino (fonte: site do MEC e de cada instituição a partir deste) [14].

Quadro 4: Projetos de Extensão em Odontologia PNE, instituição e localização no Brasil.

Estado	Cidade	Instituição
GO	Goiânia	UFG – Universidade Federal de Goiás
MG	Belo Horizonte	UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
MG	Uberlândia	UNITRI - Centro Universitário do Triângulo
PA	Belém	Universidade Federal do Pará
PE	Recife	Universidade Federal de Pernambuco
RN	Natal	UnP - Universidade Potiguar
RS	Canoas	ULBRA - Universidade Luterana do Brasil
RS	Pelotas	UFPel - Universidade Federal de Pelotas
RS	Porto Alegre	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
SC	Lages	UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense
SP	Araraquara	UNESP - Faculdade de Odontologia
SP	Mogi das Cruzes	Universidade Brás Cubas
SP	Presidente Prudente	UNOESTE – Universidade do Oeste Paulista
SP	São Bernardo do Campo	Universidade Metodista de São Paulo
SP	Taubaté	Unitau - Universidade de Taubaté

A literatura afirmou haver maior disposição e segurança do dentista em atender pacientes com necessidades especiais, uma vez que já tenha vivenciado esta realidade na graduação [11].

Projetos de extensão têm cumprido com excelência o seu papel na formação do aluno, que tem a possibilidade de participar e, com o seu papel de promover a saúde bucal, contribuir para a melhora do quadro de saúde geral do paciente com necessidades especiais [15].

É essencial no tratamento odontológico de PNE o envolvimento e comprometimento dos pais/responsáveis no planejamento das atividades juntamente com a equipe multidisciplinar na tentativa de minimizar intervenções futuras [9]. Resende et al. 2005 [15] consideraram a experiência do projeto de extensão

junto a outros estudantes e junto à equipe multidisciplinar, rara dentro da Faculdade de Odontologia e sempre muito bem avaliada pelos participantes do projeto.

Projetos de extensão universitária com conteúdo teórico-clínico de assistência a PNE trazem ao aluno de Odontologia a oportunidade de formação no assunto, contato e vivência com público em questão [15], assim como cursos de especialização ou centros de assistência odontológica a PNE ligados às faculdades de Odontologia.

O perfil dos pacientes que procuram um serviço de assistência odontológica de referência a pessoas com deficiência é, na maioria, de jovens e crianças com distúrbios neurológicos. A abordagem precoce favorece a adesão aos procedimentos preventivos garantindo a melhoria na qualidade de vida dessas pessoas [16].

A educação de pais e responsáveis é fundamental para garantir a manutenção necessária, os cirurgiões dentistas devem demonstrar as técnicas de higiene, incluindo como posicionar adequadamente as pessoas com deficiência para realização dos procedimentos [7].

A participação num projeto de extensão universitária leva o aluno a estar preparado não só para a prestação de serviços, como também para o desenvolvimento de hábitos saudáveis, tanto no trabalho de pais e cuidadores, quanto nos próprios pacientes. Além de uma evolução de sua postura crítica em relação à profissão e no impacto dela sobre a doença bucal em grupos especiais [15].

A relação entre cirurgião-dentista e paciente deve ser guiada pelo conceito de igualdade para todos os seres humanos e pelos direitos humanos. Nesse sentido, o dever do profissional é pela busca do melhor para o paciente, promovendo a saúde bucal [17].

Santos e col. (2008) ressaltam a importante contribuição que uma clínica odontológica para atendimento a PNE tem oferecido não só aos pacientes e seus cuidadores, mas também aos futuros profissionais que estão tendo a oportunidade de participar e vivenciar o seu papel de promover saúde bucal a este grupo de pessoas.

Pereira et al. em 2010 [16] enfatizaram que apenas 3% das pessoas que procuram o serviço especializado em assistência odontológica para pessoas com deficiência são tratadas sob anestesia geral.

Considerando as diferentes alterações que apresentam os PNE, distúrbios neurológicos, congênitos, psicossociais, sensoriais e de áudio-comunicação, e sistêmicos, além de deficiências físicas [16], vale ressaltar que o caráter multi ou transdisciplinar dos centros de assistência odontológica aos PNE traz uma contribuição fundamental à assistência ampla a este grupo de pessoas, contemplando fatores importantes do seu bem estar, além da área comum à Odontologia, facilitando o tratamento e instruindo o aluno a atuar de forma mais completa, promovendo saúde e qualidade de vida ao paciente.

Uma vez que uma disciplina que aborde Odontologia para PNE não é obrigatória na grade curricular da graduação, os projetos de extensão são bem vindos para que o profissional, ao entrar no mercado de trabalho, não desconheça o assunto, tenha a vivência e assim sintase preparado para assistir a esse público.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode-se concluir que:

- É importante que a formação do graduando em Odontologia contemple assistência aos PNE, de forma teórica e prática.

- O número de faculdades que aborda na graduação, na grade curricular ou na forma de projeto de extensão, o conteúdo Odontologia para PNE é muito inferior à necessidade da demanda do país.

- Para o cumprimento dos Direitos das Pessoas com Deficiência e das determinações do Ministério da Saúde, com relação à assistência odontológica de PNE em nosso país, a formação dos profissionais em Odontologia deveria contemplar o assunto, já na graduação.

## REFERÊNCIAS

1. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo demográfico brasileiro. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em:
2. Brasil. Ministério da Saúde. Saúde bucal. Brasília-DF; 2008. (Caderno de Atenção Básica, 17). Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_bucal.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_bucal.pdf)
3. Brasil. Ministério da Educação. Grupo especial de trabalho. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Inclusão: Rev Incl esp 2008;4(1):1-61. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>
4. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. 4ª ed. Brasília, SDH/PR; 2010. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>

5. Silva OMP, Panhoca L, Blachman IT. Os pacientes portadores de necessidades especiais: revisando os conceitos de incapacidade, deficiência e desvantagem. *Salusvita* 2004;23(1):109-16.
6. Guimarães AO, Azevedo ID, Solano MC. Medidas preventivas em odontologia para pacientes portadores de necessidades especiais. *Rev. Ibero-Am Odontopediatr Odontol Bebê* 2006;47(9):79-84.
7. Silva LCP, Lobão DS. Manejo de pacientes com necessidades especiais nos cuidados de saúde. In: Massara MLA, Rédua PC. Manual de referência para procedimentos clínicos em odontopediatria. São Paulo: Santos; 2010. p. 263-72.
8. Haddad AS, Santos MTBR. Abordagem do paciente com necessidade especial. In: *Odontologia, Arte e Conhecimento*. Vol. 2. [S.l.]: Artes Médicas; 2003.
9. Haddad AS, Silva Netto A, Ortega AOL, Castilho AL, Kronfly AP, Caroli A et al. *Odontologia para pacientes com necessidades especiais*. São Paulo: Santos; 2007.
10. Santos BMO, Aquino DJN, Fernandes DR. Perfil epidemiológico dos portadores de necessidades especiais atendidos em uma clínica odontológica. *Rev Bras Promoção Saúde* 2008;21(2):83-91.
11. Fassina AP. Análise das disciplinas de pacientes portadores de necessidades especiais nas faculdades no Brasil em 2005. [Dissertação de mestrado]. São Paulo: Faculdade de Odontologia da USP, Universidade de São Paulo; 2006.
12. Conselho Federal de Odontologia. Resolução CFO 25/2002. Disponível em: <http://www.cfo.org.br>.
13. Conselho Federal de Odontologia. Cursos de Especialização. Disponível em: <http://www.cfo.org.br>.
14. Brasil. Ministério da Educação. Instituição de Ensino Superior. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br>.
15. Resende VLS, Castilho LS, Souza ECV, Jorge WV. Atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais. In: 8º Encontro de extensão da UFMG; 2005; Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: UFMG; 2005.
16. Pereira LM, Mardero E, Ferreira SH, Kramer PF, Cogo RB. Atenção odontológica em pacientes com deficiências: a experiência do curso de Odontologia da ULBRA Canoas/RS. *Stomatos* 2010;31(16):92-9.
17. Peres AS, Peres SHCS, Silva RHA. Atendimento a pacientes especiais: reflexão sobre os aspectos éticos e legais. *Rev. Fac. Odontol. Lins* 2005;17(1):49-53.